



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II



ANO XXVII — Nº 40 TERÇA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1972

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO DA ATA DA 45.<sup>a</sup> SESSÃO, EM 5 DE JUNHO DE 1972

#### 1 — ABERTURA

#### 2 — EXPEDIENTE

##### 2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Inauguração de obras no Município de Buquim, Estado de Sergipe.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Significado dos acordos firmados pelo Presidente Nixon em sua recente visita à Rússia.

SENADOR RUY CARNEIRO — Artigo de Theophilo de Andrade publicado em O Jornal, referente à obra Reminiscências e Imposições de uma Vida, de autoria do General Pantaleão Pessoa.

SENADOR ADALBERTO SENA — III Feira Nacional do Arroz, realizada em Cachoeira do Sul.

SENADOR FLÁVIO BRITTO — Apelo da Associação dos Bananicultores do Estado de São Paulo, no tocante à exportação desse produto para a República Argentina.

##### 2.2 — Comunicação da Liderança da ARENA

Substituição de membro na Comissão Mista que estuda o Projeto de Lei n.º 2/72-CN.

### ATA DA 45.<sup>a</sup> SESSÃO EM 5 DE JUNHO DE 1972

#### 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 7.<sup>a</sup> Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E NEY BRAGA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto SENA — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Renato Franco — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Wilson Gonçalves — Ruy Carneiro — Arnon de Mello — Luiz

Cavalcante — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Ruy Santos — Paulo Tôrres — Magalhães Pinto — Orlando Zancaner — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Lourival Baptista, primeiro orador inscrito.

#### 3 — ORDEM DO DIA

Requerimento n.º 35, de 1972, de autoria do Sr. Senador Mattos Leão, solicitando a designação de um representante do Senado Federal junto ao Encontro Nacional de Turismo, a se realizar nesta Capital, de 5 a 8 de junho próximo. **Aprovado**, sendo designados os Srs. Mattos Leão e Orlando Zancaner.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 1971 (número 17-A/71, na Câmara), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1968. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

Projeto de Lei do Senado n.º 109, de 1971, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que determina a extensão, aos dirigentes de Cooperativas, das disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências. **Aprovado**, à Câmara dos Deputados.

4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

5 — Republicação do discurso do Senador Dinarte Mariz, pronunciado na sessão de 18-5-72.

6 — Atas das Comissões.

7 — Composição das Comissões Permanentes.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, domingo dia 21 de maio, tive a satisfação de assistir a diversas cerimônias de inauguração de obras realizadas na cidade de Buquim, pelo Governador Paulo Barreto de Menezes. Foram quatro obras de importância realizadas naquele próspero município do meu Estado, que é o terceiro produtor de laranja em todo o País. As várias solenidades tiveram início com a inauguração da ponte sobre o Rio Piauí, de 170 metros de vão, que fica em rodovia que ora está sendo asfaltada. Seguiu-se a inauguração do conjunto residencial Honorina Fernandes Fontes, do grupo escolar Padre José

## EXPEDIENTE

### SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**EVANDRO MENDES VIANNA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**ARNALDO GOMES**  
Superintendente

**PAULO AURÉLIO QUINTELLA**  
Chefe da Divisão Administrativa

**ÉLIO BUANI**  
Chefe da Divisão Industrial

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

##### Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 20,00
Ano .....	Cr\$ 40,00

##### Via Aérea:

Semestre .....	Cr\$ 40,00
Ano .....	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

Gumercindo dos Santos e, finalmente, a inauguração do sistema de abastecimento d'água de Buquim, construído pela Companhia de Saneamento de Sergipe, órgão dirigido pelo Dr. Luís Carlos Rezende, grande técnico e excelente auxiliar do governo sergipano e que vem realizando numerosas obras no interior e em Aracaju, visando dotar o Estado de sistemas de abastecimento d'água modernos e conforme normas técnicas relativas ao saneamento.

Foi para mim motivo de especial regozijo estar presente nessas solenidades, testemunhando o esforço realizado pelo atual Governador de Sergipe em prol de Buquim, um dos municípios mais prósperos do Estado. É sempre com satisfação, Sr. Presidente, que vejo o caminhar seguro de meu Estado para o seu pleno desenvolvimento, para o que contribui de forma excepcional seu povo ordeiro, trabalhador e operoso, empenhado com todas suas forças na luta contra o subdesenvolvimento.

E ao falar de Buquim me é imperioso enaltecer a administração de seu atual Prefeito, Sr. José Cleonânio da Fonseca, um grande sergipano que jamais recusou trabalho, devoção e inteligência ao bem comum de nosso povo. Eleito Prefeito de Buquim, ali vem realizando obra que se tornará, sem dúvida, notável, graças à sua experiência político-administrativa e ao seu esforço ilimitado em benefício da cidade, para o que, felizmente, vem contando ainda com o apoio do Governador Paulo Barreto de Menezes. O Prefeito José Cleonânio da Fonseca é, ainda, dileto amigo — uma razão a mais para o meu contentamento ao ver o êxito crescente de sua administração em Buquim.

Não posso deixar de enaltecer auxiliares do Governo que tudo têm dado

de si para o melhor desempenho de importantes órgãos do Estado. Dentre eles, os engenheiros Fernando Garcez Vieira, Diretor-Geral do DER-SE, José Francisco Sobral, Presidente da COHAB, Sérgio Melo, Presidente da SUDOP e Luís Carlos Rezende, Superintendente do DESO — todos homens de valor técnico comprovado e que colocam seu entusiasmo e trabalho a serviço do Governo Paulo Barreto de Menezes, com ele colaborando para a rápida e melhor solução dos problemas de Sergipe. Em sua capacidade e devoção, o meu Estado confia, deles muito esperando o povo sergipano na dura luta de desenvolvimento de nossa terra!

O sentido deste registro é proporcionar através do meu testemunho, estímulo e apoio àqueles administradores, que no meu Estado cumprem, pelo seu trabalho e ação, os métodos e os ideais da Revolução Brasileira, a cuja frente está o inclito Presidente Garrastazu Médici, Timoneiro do Brasil, no caminho de seus altos e gloriosos destinos. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE** — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, os amantes da paz devem estar jubilosos com a viagem do Presidente Richard Nixon à Rússia. Pouco importa que o encontro com Leonid Brejnev não tenha alcançado êxito absoluto. Importa, sim, ter sido prova concreta de que as duas superpotências querem, pelo menos, aliviar a tensão provocada pelo terror atômico.

Na Declaração de Princípios firmada por Nixon e Brejnev, o essencial é o acordo da limitação de armamentos estratégicos.

Significativos também são os compromissos assumidos pelas duas partes visando a:

- 1 — Tomar medidas preventivas contra incidentes no mar e no ar;
- 2 — Ampliar as relações comerciais entre os dois países;
- 3 — Estabelecer cooperação bilateral nos campos científico, tecnológico, cultural e educativo;
- 4 — Manter cooperação no setor da saúde, inclusive na proteção ao meio ambiente do homem.

Em outro documento, confessaram os estadistas o insucesso das conversações sobre os graves pontos de atrito que são a Indochina e o Oriente Médio. Fizeram-no, contudo, sem acrimônia, o que, por si só, representa um início de entendimento.

A Declaração de Princípios começa por reconhecer que "na era nuclear não há outra alternativa senão a coexistência pacífica". Isto equivale ao reconhecimento de que a guerra seria a destruição mútua.

As oito mil ogivas nucleares, dos dois lados, prontas para lançamento, correspondem a uma carga de quinze toneladas de dinamite para cada ente humano. O revide ao primeiro ataque é a justificativa para o acréscimo constante do diabólico arsenal.

No balanço de bombas, dois terços delas pertencem aos norte-americanos, cujo estoque nuclear dá para matar mil vezes cada residente das 180 cidades russas com mais de 100 mil habitantes. E, para desempenho dessa sinistra façanha, bastaria um único submarino equipado com foguetes de carga múltipla, tipo Poseidon, conduzindo, cada um deles, vinte mísseis

de dez ogivas nucleares, com trajetórias independentes.

Os russos, mais atrasados, dispõem apenas de meios para matar vinte vezes cada norte-americano, se sobre eles despejarem toda sua carga de bombas atômicas.

E nós outros? Nós que não somos nem compatriotas de Mr. Nixon nem do camarada Brejnev? Que nos aconteceria na grande hecatombe? Bem, a a nós nos restaria o consolo de morreremos apenas uma vez, o que já é algo irremediável...

Na melhor hipótese, é o medo que provoca essa dispendiosa corrida armamentista. Nos Estados Unidos, de cada três dólares arrancados ao contribuinte, dois são devorados pela defesa nacional. Um rio de dinheiro a correr continuamente para o nada, quando bem poderia fluir a favor dos milhões de negros e brancos do infeto Bronx e dos guetos de Chicago e de muitas outras metrópoles, onde vivem em condições subumanas.

Quanto à Rússia, os sacrifícios impostos ao povo devem ser ainda muito mais pesados.

Sobram razões, portanto, para o renascimento de uma escalada de paz.

Em consequência do acordo de cooperação espacial, a 15 de junho de 1975 uma nave Apolo, pilotada por três astronautas norte-americanos, será acoplada a uma cápsula Soyuz, conduzida por três soviéticos. E o mundo verá, com viva emoção, os efusivos abraços que os seis cosmonautas trocarão no cosmos. O sucesso da missão, no entanto, dependerá unicamente de que isso vá contribuir para que russos e americanos se dêem as mãos, "assim na terra como nos céus".

Era o que tinha a dizer-lhes, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Carneiro.

**O SR. RUY CARNEIRO** — (Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores: Há poucos dias foi lançado, com grande sucesso, uma nova obra literária de autoria do General Pantaleão Pessoa, meu velho e querido amigo, que se intitula "Reminiscências e Imposições de uma vida".

Sei, no entanto, que meu eminente colega, o Senador Jessé Freire, representante do glorioso Estado do Rio Grande do Norte, pretende fazer um trabalho a respeito desta obra e das memórias do General Pantaleão Pes-

soa. Por esta razão, quero apenas render à eminente e veneranda figura do Exército Brasileiro — o General Pantaleão Pessoa — as minhas homenagens, lendo o brilhante artigo — "Reminiscência de um Simples Cidadão" — que o jornalista Theophilo de Andrade, meu conterrâneo e também meu amigo, escreveu no *O Jornal*, órgão líder dos Associados:

Acabo de fechar, deliciado, as "Reminiscências e Imposições de uma Vida", que o General Pantaleão Pessoa escreveu, vai cinco anos, só agora publicadas, e que a sua filha, D. Corina Pessoa Fragoso, teve a bondade de enviar-me.

O livro interessou-me pela maneira simples, corrente e desabusada com que foi escrito. Ao invés de desabusada, deveria escrever sincera, mas com aquela sinceridade rude de um homem que passou a casa dos 80 e que somente se sente responsável perante Deus e perante a história. Acontece que o General Pantaleão Pessoa, que esteve na vida pública ao lado de outros oficiais ilustres que também portam o sobrenome de Pessoa, deles não é parente, pois, enquanto estes são da Paraíba, o General Pantaleão é gaúcho, nascido na cidade de Bagé, que foi, para mim, na mocidade, uma segunda terra natal. Ali vivi nos dias das revoluções de 1923 e 1924. tomei parte, como jornalista, nos acontecimentos políticos da guerra, ao lado dos republicanos, admirador que sou — até hoje — de Borges de Medeiros. E a primeira parte das "Reminiscências" do General Pantaleão Pessoa gira em torno do ambiente gaúcho e das lutas políticas de então, quando a política tudo fazia para envolver o Exército. Conheci ademais, tanto os figurantes da grande história quanto os da pequena história, vivida pelo general naqueles anos. E posso dar o meu testemunho da honestidade com que os fatos estão relatados.

Deve o General Pantaleão ter tomado boas notas e dispor ainda, "in senectute bona", de uma invejável memória pela maneira vivaz por que nos conta os episódios, e julga as pessoas que neles tomaram parte. É ele, destarte, uma "avis rara" em nosso País, onde poucos são os homens públicos que, no outono da vida, depois que saíram de cena, ocupam-se em fixar no papel a recordação das coisas vividas.

É inacreditável a inófia de livros de Memórias que ajudem a esquecer a história do Brasil. Os homens que ocuparam lugares de

relevância não mostram interesse em fixar os acontecimentos em que tomaram parte, ao menos para defender-se das acusações que são inevitáveis. Deixam, assim, os que se dedicam à historiografia limitados aos documentos oficiais ou à leitura dos jornais da época.

Entretanto, outrora, o historiador contava com as reminiscências dos figurantes como um dos elementos mais ricos para a reconstrução dos fatos. Na Europa, durante os séculos XV, XVI, XVII e XVIII, havia cuidado especial em escrever Memórias, ou em guardar a correspondência. Foi a epistolografia outra grande arte, de valor às vezes também literário, que se perdeu com as modificações dos costumes, especialmente depois da invenção do telégrafo e do telefone.

Naqueles tempos, até as mulheres escreviam Memórias, muitas delas tão bem lançadas que abriam lugar na república das letras, para as suas autoras, como escritoras de grande brilho. E quando não eram as Memórias, escreviam os Diários, que, embora não tendo o mesmo valor literário, apresentam importância histórica, como fontes de informação. E podiam mesmo gozar de dupla notoriedade, como, por exemplo, o "Diário" de Samuel Pepys, antigo Lord do Almirantado, que o escreveu em um sistema de estenografia próprio e secreto, só decifrado 200 anos depois, revelando-se, porém, uma das peças mais famosas das letras inglesas.

O General Pantaleão Pessoa não teve este cuidado. O seu propósito, segundo ele mesmo confessa, foi de defender a sua carreira militar "acelerada por acontecimentos e imposições", e que depois foi cortada, também "por acontecimentos e imposições", estas por parte da política que dominou neste País, a partir de 1930. O ponto de virada na sorte de Pantaleão Pessoa foi o golpe de Estado, de 10 de novembro de 1937, com o qual não concordou. Veio depois a suspeita de integralismo e a sua prisão, nos dias escuros do Estado Novo.

Portou-se em todas as circunstâncias com grande dignidade. Só depois da restauração da democracia voltou ao Exército, mas para apresentar o seu pedido de passagem para a reserva. Ainda assim, serviu, depois, ao País, no espinhoso cargo de diretor da COFAP que, segundo ele mesmo escreveu, em oito meses, lhe deu mais notoriedade do que nos 43 vividos ao Exército.

As suas Reminiscências valem como o depoimento de um participante da história do País, em uma época agitada, dentro da qual agiu como soldado, procurando sempre resistir às seduções da política.

Curioso é que, em seu livro, soube entremear os fatos com alguns perfis de flagrante valor literário. São pequenos ensaios sobre homens que conheceu ou com os quais conviveu e que, por terem sido muito discutidos, despertam interesse político. São notáveis as páginas que escreveu esboçando as figuras dos Generais Bento Ribeiro, Luís Barbedo, Bertoldo Klinger, Góes Monteiro ou de alguns civis de grande colorido, como Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha.

A sua messe é rica. Foi colhida em três fases da história do nosso País: a República Velha, a revolução de 1930 e a reconstitucionalização, depois da Grande Guerra. Dá-nos — cito-o como exemplo — o relato mais simples e mais compreensível que já li sobre a "Revolução da Vacina Obrigatória", coisa, aliás, que somente em um país assaz subdesenvolvido poderia ter acontecido. Conta os altos e baixos da revolução de 1930, que estourou prenhe de esperanças para todos os brasileiros e que desembocou na escuridão da ditadura do Estado Novo. E recapitula as decepções da democracia restaurada, que mergulhou, para suicidar-se, na onda da mais torpe demagogia.

Os deuses deram, porém, ao General Pantaleão Pessoa, a dádiva da longevidade, de sorte que pôde testemunhar também a revolução de 1964 — quando passara a ser um simples cidadão —, revolução que considera "semiconstitucional e educativa", e que está, afinal, tentando realizar o Sonho dos tenentes de 1922, em que, aliás, ele pouco acreditou.

As suas "Reminiscências" têm o encanto de uma novela, mas lêem-se com o interesse de um compêndio de história.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena, que falará como Líder do MDB.

**O SR. ADALBERTO SENA** — (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, com a pacífica apresentação da emenda constitucional restauradora

de um recesso do Parlamento Nacional entremeadado em cada sessão legislativa, volta-se a reconhecer as vantagens de menos espaçados contactos dos deputados e senadores com as regiões que, respectivamente, aqui representam.

Não se trata simplesmente — como se tem dito — de facultar-lhes mais visitas às suas bases eleitorais, senão, no melhor sentido, de conciliar a assiduidade nos trabalhos parlamentares com as necessidades de observações diretas das condições e reclamos da terra e das populações umas e outros sujeitos a variações muitas vezes mal percebidas à distância e até mesmo só bem apreendidas através de incursões e convívios.

Essas inter-relações, todavia, não devem ser — e de fato não têm sido — limitadas às de cada um de nós com o seu próprio Estado ou Município, mas, também, com outros recantos do País, onde, pela contemplação de exemplos e situações, posamos colher ensinamentos úteis às nossas reflexões e para o nosso comportamento ou atuação como constituintes de um dos Poderes da República e como vigilantes dos interesses do povo.

Uma prova de tais asserções, tive-mo-la, entre várias outras, nas impressões que trouxemos, o Senador Flávio Britto e eu, com a cooperação do Senador Tarso Dutra, da recente visita, por delegação do Senado, à III Festa Nacional do Arroz, que se realizou, a partir de 20 de maio, na cidade de Cachoeira do Sul.

Nossa presença ali não foi tão longa quanto passamos a desejar que tivesse sido, mas bastou, Senhores Senadores, para que nos extasiássemos diante de um duplo e comovedor espetáculo: o espetáculo de uma região que caminha a passos largos nas sendas do progresso consonante com as suas condições topográficas e ecológicas e o da convivência mais uma vez dentro daquela atmosfera de amabilidades e de sorrisos tão característica da espiritualidade gaúcha.

Vivemos ali horas inesquecíveis; e uma proveitosa experiência e tanto mais aproveitável e desvanecedora quanto se traduziu em demonstrações partidas de glebas brasileiras a

servirem de inspiração à brasilidade dos nossos esforços progressistas.

Para se ter idéia do que lá testemunhamos, permita-se-me um cotejo entre duas fases não muito distantes do desenvolvimento desse município.

Num dicionário enciclopédico, preparado e editado na Capital do próprio Estado do Rio Grande do Sul, há cerca de quinze anos, eis apenas o que se lê referentemente à fisionomia econômica de Cachoeira do Sul:

"... é servida pela Viação Férrea Rio Grande do Sul. Possui campo de aviação. O município produz arroz em grande escala, fumo, mandioca e milho e possui importantes jazidas de ferro e carvão."

Veja-se agora até que ponto se transmudou essa fisionomia nos últimos anos, transportando-se para os nossos Anais, neste depoimento confirmativo, dados e informações constantes de duas páginas da última edição da revista **Parlamento**:

Dentre os municípios gaúchos, Cachoeira do Sul começa por destacar-se por ser o de maior zona fisiográfica, não obstante colocado no 10.º lugar em extensão territorial. Situação no "coração do Rio Grande do Sul", na depressão central, ocupa atualmente (depois dos desmembramentos que deram origem a outros quatro municípios) uma área de ... 4.798 km quadrados povoada, segundo o recenseamento de 1970, por ... 95.486 habitantes e atingindo, ao fim de dois decênios, um crescimento populacional da ordem de 12,9%, a densidade demográfica de 19,66 almas e a sua colocação no 8.º lugar em população entre os municípios daquele Estado.

Ligado a Porto Alegre por moderna rodovia de 196 km, totalmente asfaltada, inclusive um trecho agora inaugurado pelo Ministério dos Transportes, situa-se na bacia do Jacuí e seus numerosos afluentes, apresentando, mercê desse privilégio hidrográfico e de clima ameno, as melhores condições para a agricultura do arroz e numerosos outros produtos, além das excelentes pastagens que lhe vêm propiciando notórios desenvolvimentos e perspectivas nos setores pastoris.

## AGRICULTURA

Conforme dados constantes do Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, em 1968, o valor das suas principais produções agrícolas expressa-se nos seguintes totais:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	Valor da Produção N.º absoluto Cr\$	% sobre o total
Arroz em casca .....	21.235.821,00	84,40
Trigo .....	993.225,00	3,95
Soja .....	571.200,00	2,27
Fumo .....	397.606,00	1,58
Batata-Inglesa .....	395.460,00	1,57
Milho .....	320.482,00	1,27
Mandioca .....	296.200,00	1,18
Batata-doce .....	241.500,00	0,90
Feljão .....	195.936,00	0,78
Alfafa .....	130.875,00	0,52
Cevada .....	106.313,00	0,42
Linho .....	74.415,00	0,30
Avela .....	54.600,00	0,21
Uva .....	33.720,00	0,13
Cebola .....	31.185,00	0,12
Amendoim .....	25.830,00	0,10
Cana-de-açúcar .....	20.520,00	0,08
Alho .....	174.010,00	0,07
Tomate .....	12.483,00	0,05
Centelo .....	7.980,00	0,03

Não se incluem nesse quadro as produções em menor escala e as mais variadas espécies de frutas ainda "não aproveitadas economicamente por falta de industrialização."

## PECUÁRIA

É de notar-se ter sido a pecuária o setor mais expressivo da renda do Município até que, com o desenvolvimento das produções agrícolas, notadamente como se viu, do arroz, do trigo e da soja, a hegemonia se deslocasse para a agricultura.

Além de ótimas pastagens naturais, "a Prefeitura Municipal, preocupada

em introduzir no Município melhores condições para a pecuária, vem mantendo convênio com o objetivo de melhorar as pastagens".

Nos últimos anos, a seleção e o aperfeiçoamento dos rebanhos vêm sendo feitos com interesse pelos principais criadores da região, que empregam modernos métodos aconselhados pela zootecnia, sendo as principais raças bovinas em criação a Devon, a Zebu, a Hereford e a Charolês.

Aqui transcrevemos os dados referentes aos desenvolvimentos pastoris:

Espécie	N.º de cabeças	Valor (Cr\$)
Bovino .....	207.320	26.951.600,00
Suínos .....	57.990	3.073.470,00
Ovinos .....	93.700	2.061.400,00
Caprinos .....	1.560	28.520,00
Equinos .....	23.150	1.250.100,00
Asininos .....	740	23.680,00
Muare .....	1.410	81.780,00
Total .....	385.870	33.468.550,00

Observe-se, ainda, que, pela aludida situação geográfica, o município afigura-se "ponto de eleição para a industrialização do gado", deixando antever-se o incremento do seu parque industrial e, por essa via, novos incentivos aos desenvolvimentos da pecuária.

## SEDE DA MUNICIPALIDADE

Cachoeira do Sul, por antonomásia denominada Princesa do Jacui tornou-se uma das mais modernas cidades do Rio Grande do Sul. "Dotada de integração ferroviária, através da Rede Ferroviária Federal é um centro de grande movimentação.

Energia elétrica em abundância, eletrificação rural em todos os seus Distritos, comunicações com a Capital e o Brasil através do sistema da discagem direta".

O comércio é bastante intenso, com exportação de arroz, soja, calcário, locomóveis e implementos agrícolas e com assistência de eficiente rede bancária.

Por outro lado, os seus órgãos municipais, têm dado especial atenção à saúde e à assistência social, podendo afirmar-se que, no tocante ao ensino primário, Cachoeira do Sul desfruta de privilegiada situação no Estado e, bem assim, na área do ensino médio e técnico. A "Princesa do Jacui" dispõe de muitas bibliotecas, um conceituado periódico — o *Jornal do Povo* —, duas estações de rádio, além de servida pela rede de televisão Gaúcha, Difusora e Piratini. A Administração Municipal é cumprida através do Gabinete do Prefeito, Secretários de Administração, da Fazenda, de Educação e Cultura, de Assistência Social, de Obras e Viação, de Economia, de Planejamento e Consultoria Jurídica. A representação política é composta de 15 Vereadores, contando o município até junho de 1971 com 33.619 eleitores.

Sendo uma das mais importantes praças militares do Estado, possui excelentes quartéis, que abrigam atualmente um efetivo de aproximadamente 1.200 homens. Todas as repartições federais e estaduais dispõem de representação oficial e, pela Lei n.º 1.476, de 15 de junho de 1971, o Prefeito Honorato de Souza Santos promulgou ato aprovado pela Câmara Municipal que concede benefícios e estímulo ao desenvolvimento industrial.

## A FESTA DO ARROZ

Da pujança econômica e espiritual assim expressa nos seus aspectos mais importantes, teve-se significativa amostra na III Festa Nacional do Arroz, constante de uma feira desta vez projetada com caráter regional, mas, no gênero, a maior realizada no Brasil.

Inaugurada no dia 20 de maio com a presença do Senhor Presidente da República e de altas autoridades federais, do Estado e do Município, estendeu-se por uma quinzena durante a qual, segundo previsões, deve ter sido visitada por cerca de meio milhão de pessoas.

Ao ato inaugural, já precedido pela solene abertura ao trânsito público da BR-153, que liga Cachoeira do Sul à BR-290, seguiu-se um programa de festividades distinguindo-se, entre elas, a de inauguração do Ginásio de Esportes, a instalação das Palestras Técnicas pelo Ministro Cirne Li-

ma; o espetáculo da Fonte das Águas Dançantes "Artibano Savi", o do GRENAL de futebol no Ginásio de Esportes, o de um Elenco Latino-Americano — o Viva Gente Internacional, e, finalmente o baile da coroação da Rainha e das Princesas da Festa, e outro no Grêmio Náutico.

Na organização, a feira abrangeu três setores: o social, cultural e desportivo; o técnico e pastoril, e o comercial e industrial, fazendo-se as exposições num parque de 8.200 metros quadrados e em condições para acolher 200 expositores, inclusive alguns uruguaios e argentinos.

No primeiro desses setores, os visitantes já impressionados pelo apuro artístico e alto grau de sociabilidade demonstrados nas inaugurações iniciais, viram, ou conheceram através dos meios de informação, os progressos educacionais e assistenciais do município a respeito dos quais cabe estender-me em certas minudências, principiando por lembrar a circunstância de ter sido Cachoeira do Sul escolhida, em 1955, para sede da 39.<sup>a</sup> Exposição Internacional e Cultural das Nações Unidas.

Vejam-se em abono dos esforços oficiais e particulares lá desenvolvidos, os dados que passo a discriminar, com base em observações e na leitura de uma publicação do IBGE, distribuída a visitantes e editada em dezembro do ano passado.

**Ensino Primário** — Era de 73% o índice de escolaridade municipal no ensino primário ao realizar-se o Censo Escolar de 1964. Nas áreas urbana e suburbana, elevava-se para 81,8%, — chamo a atenção para esta percentagem — enquanto no Rio Grande do Sul, esse índice era de 77,8% e no Brasil não passava de 66,1%.

No início do ano letivo de 1970, estavam em funcionamento 163 unidades escolares, com 577 professores e 14.863 alunos matriculados.

**Ensino Médio** — Conforme estatística de 1970, era ministrado em 14 unidades escolares abrangentes de 7 cursos ginásiais, inclusive um noturno, 2 cursos colegiais, 4 comerciais e 2 de ensino normal em nível colegial. Ao iniciar-se o ano letivo, registrava-se a "matrícula de 4.255, sob a orientação de 298 professores". E agora começa a desenvolver-se o ensino supletivo melhormente sistematizado.

**Ensino Superior** — Nas seis unidades escolares que funcionavam na sua Faculdade de Ciências Políticas e Economia, achavam-se matriculados, na Escola Superior de Artes Santa Cecília (de artes plásticas) e na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (cursos de letras, pedagogia, ciências e estudos sociais), nesse mesmo ano,

462 alunos e havia 93 professores em atividade.

**Bibliotecas** — Nas muitas bibliotecas cuja existência foi referida, o acervo já atingiu há dois anos 8.878 volumes somente na mantida pela Prefeitura Municipal. Seguem-na a "Augusto Meyer" com 5.000 volumes e mantida pela União-Moços Católicos, e a Biblioteca Arnoldo Paulo Firstenan com 5.866 volumes, mantida esta pela mencionada Faculdade de Economia.

**Casas de Espetáculos** — Os espetáculos teatrais e cinematográficos são exibidos no Cine Teatro Coliseu que dispõe de 1.045 poltronas e no Cine Ópera Astral, com 980.

**Associações** — Há 28 associações culturais, recreativas e desportivas reunindo 10.300 sócios, destacando-se entre as primeiras, o Coral Cachoeirense, entre as recreativas, o Grêmio Náutico Tamandaré e o Caçara Piscina Tennis Clube, e, entre as desportivas, 2 clubes de futebol, dois de boião, um de tênis e um de automobilismo.

**Prestação de Serviços e Bancos** — Nesse particular, relacionaram-se 285 estabelecimentos em 1969. Podem ser mencionados entre os 12 hotéis existentes, o Guarani, o Jacui, o Avenida, o Ponche Verde, o União e o Novo Hotel. Há ainda 3 pensões, 18 restaurantes, 62 saídas de barbeiro e 27 de cabeleireiros para senhoras. No citado ano, funcionavam, no município, 7 agências bancárias; e a Câmara de Compensação movimentou, em 1970, 155.331 cheques, no valor global de 12,3 milhões de cruzeiros.

Do setor técnico e pastoril, antecipei-me em dar-lhe o mais merecido destaque, ressaltando, em números, a sua influência na economia regional e a da existência técnica que lhe é dedicada, em termos de realizações e perspectivas. Vale, contudo, acrescentar a boa impressão que nos causou, durante a visita, uma exposição de raças e variedades de coelhos no próprio local da feira.

No setor comercial e industrial, a feira exibiu amostras e informações interessantes. Vimos amostras de produtos de apicultura, de artefatos de madeira e couro, de variadas confecções de reclusos das penitenciárias. Informam-nos de que, em 1969, o "comércio atacadista era representado por 15 estabelecimentos, predominando o ramo de gêneros alimentícios; e quanto ao varejista distribuía-se em 763 estabelecimentos diversos. Somam 444 os supermercados e armazéns de secos e molhados; há 30 lojas de ferragens, material elétrico e de construção, 130 de calçados, tecidos, móveis e jóias, entre outras". O mu-

nicipio exporta principalmente arroz, produtos agrícolas, maquinaria agrícola, calcário, fumo em corda, lã, couros e peles, carnes verdes e outros produtos, figurando como importadores os Estados do Acre, Amazonas, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, além de outros municípios gaúchos.

No tocante aos aspectos industriais mais caracterizados, na área das indústrias de transformação, é de notar-se que "nascem, subsistem e ampliam-se em função da agricultura: beneficiamento de produtos agrícolas (sobressaindo os engenhos de arroz e os moinhos) e a fabricação de máquinas e implementos agrícolas". Secundando estas atividades estão as fábricas de artefatos de metal e de madeira e, ainda, as de jóias, relógios e ótica, com exportação "não só para diversos Estados da Federação, como para o exterior: México, Peru, Venezuela, Argentina e outros países. Ademais, o gênero de produtos alimentares concorreu com mais de três quartos do valor total, em cruzeiros, da produção transformadora, e com 52,8% do operariado da indústria. E a fim de aproveitar-se a grande quantidade de resíduos de arroz, o Município estuda a instalação de uma fábrica de papel.

A brevidade imposta pelo Regimento não permite, como seria de meu agrado, descrever muitos outros aspectos e atrações da vida e dos empreendimentos daquela florescente região, sem dúvida uma jóia do Rio Grande do Sul e um paradigma do Brasil.

Mas, Senhores Senadores, bem se podem aguilatar, pelo que foi exposto, a sua grandeza atual e as imensas possibilidades que a ela se abrem, dentro do panorama do desenvolvimento nacional.

Em nossa visita, conforme dei a entender, contemplamos um largo espetáculo, mas também colhemos ensinamentos e sugestões para estudos comparativos em prol das condições de progresso das nossas próprias regiões.

Haja vista, para citar um só exemplo, entre vários outros dignos de consideração e exame, o que decorre de obras ali necessariamente realizadas e, por sinal, também uma das suas mais edificantes atrações turísticas.

Em Cachoeira do Sul, a despeito de tão bem servida de transportes rodoviários e ferroviários, nem por isso deixam de cuidar-se dos fluviais. A sua admirável Barragem-Ponte do Jacui, no rio Jacui, fez-se como um adendo indispensável, permitindo, com objetivo de complementar os transportes, tráfego livre e seguro, dali até Porto Alegre e até mesmo ao



Porto de Rio Grande, a Agudo e Dona Francisca, além do acesso à rodovia federal BR-390.

Para outras regiões e, em particular para nossa Amazônia, muito vale evidenciar esse exemplo; e evidenciá-lo num momento em que não faltam aqueles extasiados pelas perspectivas da construção da Transamazônica e de outras rodovias em construção ou projetadas, parecem menosprezar ou relegar a plano secundário a futura importância econômica da nossa rica e tradicional rede de transportes fluviais, por muitos motivos, tão digna quanto aquelas outras, das atenções do Governo no sentido de melhorá-las e de mais amplamente provê-las de condições de navegabilidade.

Ao concluir este discurso, tenho ainda um dever a cumprir, qual seja o de encarecer e agradecer o acolhimento traduzido em diligências e amabilidades, com que a nossa delegação foi ali honrada, tanto pelas autoridades, a começar pelo nobre Senador Tarso Dutra e pelas pessoas que nos conduziram à visita e nos envolveram naqueles momentos de tão grato convívio. Gratíssimos voltamos, pelas gentilezas do Prefeito Honorato de Souza Santos e seus auxiliares, aos vereadores do município, ao orador que nos saudou no final de um almoço, o qual mais ainda nos comoveu pelas suas especiais referências à nossa Amazônia e ao interesse dos gaúchos em concorrer para o seu progresso e afluir para as suas atrações turísticas; à rainha e princesas da Festa; à Comissão Executiva da Feira e principalmente ao seu Presidente, Sr. Xafi Nazar, que, ladeado pela sua gentilíssima esposa, foi um constante companheiro nosso nos percursos e nas paradas; e, por fim, a dois homens aos quais chegamos a ficar ligados pela amizade, tantos foram os trabalhos e até incômodos que lhes demos: o Sr. Jayme Menna Barreto Fleitner, da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, que nos acompanhou de Porto Alegre a Cachoeira do Sul, e ao jovem Carlos Pereira Leitão, Secretário do Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que assessorou a representação do Senado Federal em sua permanência no Sul. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)** — Tem a palavra o nobre Senador Flávio Britto.

**O SR. FLÁVIO BRITTO** — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, em novembro do ano passado, desta tribuna, fiz apelo ao Sr. Ministro das Relações Exteriores a respeito da taxa de 15% que o Governo argentino estava cobrando dos produtores brasileiros, quando exportavam as suas frutas para aquele País.

Atendendo os produtores e ao nosso pronunciamento, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, tomou todas as providências e foram corrigidas aquelas distorções.

Mas agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago ao Senado dois outros assuntos, ligados a Ministérios diferentes, mas ambos relacionados com a exportação da banana, produto que ainda faz parte da economia do litoral do Estado de São Paulo.

O Governo argentino — e com toda razão, como nós sabemos — está tomando todas as providências para combater a subversão. Para isso, tem fiscalizado a fronteira, mas de um modo e rigor, que está impedindo o transporte e prejudicando os produtores brasileiros.

Como sabem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a fruta brasileira, hoje, é transportada para a República argentina e para o Uruguai por estradas de rodagem.

Nesses caminhões, quando saem do Brasil, o produto é acondicionado tecnicamente, mas quando chegam em Los Libres, na fronteira, soldados da Força Argentina descarregam todo o produto, sem o menor cuidado, dos caminhões e, como disse, com as suas razões, para melhor fiscalização sobre a subversão. Mas, quando acomodam o produto nos veículos, eles não sabem fazê-lo, com a técnica necessária e o empilham de qualquer jeito. Por isso o produto chega totalmente deteriorado na Argentina, causando prejuízos para a economia brasileira e para o produtor brasileiro.

A Associação dos Bananicultores de São Paulo acaba de me enviar cópia do telex que passou ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mario Gibson Barboza, sugerindo que esses caminhões, — porque o Brasil deseja cooperar para que seja extinta a subversão em todos os países, — esses caminhões, quando saíssem do Brasil, poderiam ser lacrados e com esse laço a firma exportadora e as autoridades brasileiras assumiam o compromisso de que aqueles caminhões transportam realmente produtos altamente perecíveis.

Por isso, Sr. Presidente, é que ocupo esta tribuna para fazer um apelo ao Sr. Ministro Gibson Barboza, para que tome essas providências a fim de evitar esse grande prejuízo aos bananicultores do Estado de São Paulo.

Mas, Sr. Presidente, como disse no início do meu discurso, são dois assuntos sobre o mesmo produto, com Ministérios diferentes. O INPS exigia dos exportadores um seguro específico para exportar banana para a Ar-

gentina. Com a reformulação do INPS, a Delegacia daquele órgão em Santos não só não aceita a reformulação desse seguro, como também não está orientando como devem proceder os bananicultores de São Paulo.

Faço também apelo ao Sr. Ministro Júlio Barata, que tanto tem ajudado a agricultura na parte sindical e na de assistência rural, para que providencie junto ao INPS as medidas que os bananicultores do Estado de São Paulo desejam com urgência, para não se prejudicar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

#### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLÁVIO BRITTO:

Estando ultimamente as autoridades alfandegárias argentinas em Paso de Los Libres, sistematicamente determinando a descarga de todo caminhão com banana para verificação do seu conteúdo, mesmo que seja direto o seu despacho, isto é, que tenha a devida autorização de transpor a fronteira e que esteja habilitado como empresa rodoviária internacional legalmente registrada na Argentina e no Brasil, grande está sendo o prejuízo dos agricultores e exportadores brasileiros, pois a descarga, remoção e novamente o carregamento da banana, acarreta elevadas perdas com as machucaduras pelas batidas, quebra ou decomposição das caixas, principalmente nas chamadas tipo "Torito", que são bastante frágeis, trazendo isso depreciação considerável ao produto, já que sendo uma fruta muito sensível e altamente perecível, estas manipulações todas somente produzem a mesma um mau aspecto, que aliado às sérias dificuldades do mercado argentino pela concorrência de outras frutas, inclusive locais, e as periódicas desvalorizações de sua moeda, tornam as exportações regulares e tradicionais de banana uma verdadeira aventura, não só financeira como comercial, já que quem compra impõe em receber um bom produto, de excelente apresentação e em perfeitas condições, mais ainda tratando-se de uma fruta perecível. Data venia, solicitamos urgentes providências de Vossa Excelência, diretamente ou por nossa Embaixada em Buenos Aires, junto às competentes autoridades argentinas no sentido de instruírem de imediato sua fronteira em Paso de Los Libres, para abolirem a exigência quanto aos caminhões de banana que viajem desde o Brasil diretamente para Buenos Aires ou seus mercados do interior, cujas habilitações estiverem devidamente comprovadas e correspondam a empresas ou firmas idôneas. Sugerimos para atender essa pretensão, sem que sejam disvirtuadas as medidas do go-

verno argentino, que os caminhões com bananas despachados diretamente, ou seja, que a exportação feita sem baldeação na fronteira, ao entrar em Paso de Los Libres sejam cintados ou lacrados para que possam transitar em território argentino e somente serem rompidos ou quebrados por ocasião de suas chegadas em seus destinos e unicamente perante as autoridades designadas. Com essa simples providência se evitaria o que vem sucedendo em fronteira, com elevados prejuízos à lavoura e ao comércio exportador brasileiro, podendo afinal a Argentina usar também todo o rigor de suas autoridades para com as firmas exportadoras ou empresas rodoviárias que transgredirem seus regulamentos e leis vigentes. Agradecendo os bons ofícios de Vossa Excelência com a máxima urgência, em defesa dos interesses brasileiros que pelas dificuldades ingentes que atravessa a bananicultura paulista é necessário preservar a todo custo, apresentamos nossas mais atenciosas saudações. — **Paulo Porto de Oliveira**, Assessor Executivo da Associação Profissional do Comércio Atacadista de Frutas do Estado de São Paulo — **Matsutaro Uehara**, Diretor da Associação Rural do Litoral Paulista — **Dr. Luciano Castro Gonzalez**, Presidente da Cooperativa Central dos Bananicultores do Estado de São Paulo — **Dr. Gervásio Inoue**, Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia — Cooperativa Central.

Santos, 15-5-72.

"Excelentíssimo Senhor  
Senador Flávio da Costa Brito

Senado Federal

Brasília — DF

Para governo de Vossa Excelência, conforme nosso entendimento pessoal, passamos a transcrever os telex enviados respectivamente dia 11-5-72 e hoje sobre o impasse criado com referência à reforma dos seguros de acidentes do trabalhador rural:

#### O PRIMEIRO

Excelentíssimo Senhor

Júlio Barata

Digníssimo Ministro do Trabalho e Previdência Social

Brasília — DF

As signatárias abaixo assinadas representando classes produtora e exportadora bananas do litoral do Estado de São Paulo, pedem vênias para vir presença Vossa Excelência para encarecer providências junto INPS Santos Estado de São Paulo, no sentido reformar apólices seguro acidentes do trabalho relativos trabalhado-

res rurais. Face FUNRURAL, PRO-RURAL e lei que integra seguro acidentes trabalho Previdência Social proibindo seguro com empresas particulares a petição seria frente negativa INPS local reformar apólices seguro sob alegação não reunir condições técnicas corre risco não poder atender eventuais acidentes no futuro embora pressionada pela justiça e consciência próprias prejudicando seriamente trabalhador rural que ficaria entregue à própria sorte.

Sabe Vossa Excelência banana atravessa momento difícil com retração mercados consumidores Argentina, Uruguai e concorrência outros países produtores. Tentativas conquista mercado europeu ainda muito incipientes. Situação bananicultura crítica e não reforma contratos seguro INPS agravará mais situação atual com encargos impossíveis serem suportados produtores. Cordiais saudações.

#### O SEGUNDO

Ilustríssimo Senhor  
Professor Kleber Gallart

Digníssimo Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social

Rio de Janeiro — GB

Tendo em vista o problema criado com a recusa da agência desse Instituto em Santos, no Estado de São Paulo, de reformar as apólices de seguro por acidentes do trabalhador rural e como por outro lado, estão os bananicultores impedidos por lei de contratá-los perante as companhias seguradoras particulares, sob a alegação de não reunirem condições técnicas, correm os mesmos o risco de não poderem atender no futuro os eventuais acidentes, embora pressionados pela justiça e consciência própria, prejudicando assim seriamente o trabalhador rural, que poderá ficar entregue à própria sorte, data vênias, solicitamos em nome das entidades de classe signatárias, que Vossa Senhoria determine ao Senhor Agente do INPS em Santos, para reformar as apólices que estão se vendendo do seguro correspondente ao trabalhador rural, mesmo que seja a título precário e a prazo curto, até que se encontre uma outra solução favorável para todas as partes interessadas, sem que seja agravada ainda mais a situação bastante difícil que atravessa a bananicultura de São Paulo, a única que exporta para o exterior, porém no momento com uma retração considerável devido às crises sócio-econômicas da Argentina e do Uruguai, seus maiores consumidores do produto, já que a reconquista dos mercados europeus para a banana brasileira atualmente é muito incipiente. Confiante na devida atenção de Vossa Senhoria para a solução re-

ferida e certos do pronto atendimento do pedido formulado, com as imediatas providências que se fizerem necessárias, agradecemos antecipadamente apresentando nossas mais cordiais saudações. — **Paulo Porto de Oliveira**, Assessor Executivo da Associação Profissional do Comércio Atacadista de Frutas do Estado de São Paulo — **Matsutaro Uehara**, Diretor da Associação Rural do Litoral Paulista — **Dr. Luciano de Castro Gonzalez**, Presidente da Cooperativa Central dos Bananicultores do Estado de São Paulo — **Dr. Gervásio Inoue**, Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia — Cooperativa Central.

Ainda para as providências necessárias e urgentes de Vossa Excelência, transcrevemos também os telex enviados aos Exmos. Srs. Ministros Embaixador Mário Gibson Barboza e Professor Luiz Fernando Cirne Lima, em 19-4-72 próximo passado, pois continuam os bananicultores com os mesmos problemas na fronteira com a Argentina."

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Alexandre Costa — Clodomir Millet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Augusto Franco — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Carvalho Pinto — Benedito Ferreira — Saldanha Derzi — Lenoir Vargas.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)** — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília, em 5 de junho de 1972

Senhor Presidente,

Vossa Excelência que esta Liderança Tenho a honra de comunicar a deliberação de substituição do Nobre Senhor Senador José Guilomard, por se encontrar ausente, pelo Nobre Senhor Senador Antônio Carlos, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei n.º 2, de 1972 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. Filinto Müller, Líder da ARENA.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)** — Será feita a substituição solicitada.

Esgotada a hora do Expediente.



Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 35, de 1972, de autoria do Sr. Senador Mattos Leão, solicitando a designação de um representante do Senado Federal junto ao Encontro Nacional de Turismo, a se realizar nesta Capital, de 5 a 8 de junho.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão de 2 de junho, tendo a votação adiada por falta de quorum.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Designo para a representação solicitada, o Sr. Senador Orlando Zancaner, Presidente do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, e o Sr. Senador Mattos Leão, autor do requerimento.

### O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)

#### Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 1971 (n.º 17-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1968, tendo

PARECER, sob n.º 118, de 1972, da Comissão

— de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado. O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 26, de 1971

(N.º 17-A/71, na Câmara dos Deputados)

Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da Repúbli-

ca, relativas ao exercício financeiro de 1968, na forma do que dispõem os arts. 47, item VIII, e 83, item XVIII, da Constituição Federal de 1967, com ressalvas àqueles valores lançados à conta de "Diversos Responsáveis", dependentes de verificação final pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)

#### Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 109, de 1971, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que determina a extensão, aos dirigentes de Cooperativas, das disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob n.º 117, de 1972, da Comissão

— de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que o projeto seja submetido a votos, é o mesmo dado como definitivamente aprovado, sem votação, nos termos do artigo 316 do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:

Redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 109, de 1971, que determina a extensão, aos dirigentes de Cooperativas, das disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São extensivas, aos dirigentes das Cooperativas, as disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho e as dos demais preceitos legais que assegurem direitos e vantagens aos empregados eleitos para cargos de administração sindical ou representação profissional.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)

— Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1972 (n.º 56-B/72, na Câmara dos Deputados), que aprova a Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal, em 23 de setembro de 1971, com reserva ao § 1.º do artigo 14.º, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 127, de 1972, da Comissão — de Relações Exteriores.

### 2

Discussão, em 1.º turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade), do Projeto de Lei do Senado n.º 68, de 1971, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o salário-mínimo profissional do Técnico Industrial em Eletrônica, tendo

PARECERES sob n.ºs 123, 124, 125 e 126, de 1972, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e apresentando a emenda n.º 1-CCJ com o objetivo de sanar o vício argüido;

— de Legislação Social, de Serviço Público Civil, e de Finanças, favoráveis nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR DINARTE MARIZ, NA SESSÃO DE 18-5-72 — REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz, que falará por delegação do nobre Líder da Maioria, Senador Filinto Müller.

O SR. DINARTE MARIZ — (Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nos aglomerados humanos, desde o seu primitivismo, a começar pelas tribos mais distantes da civilização, passando pelas sociedades modernas, a família, a política, a administração, em todos esses setores há sempre uma liderança. Muitas são passageiras, algumas mesmo ocasionais, outras en-

tretanto tão representativas e tão fortes que se identificam com o meio-ambiente em que atuam, que, ao longo do tempo, passam a se confundir com a própria imagem de uma coletividade. Daí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, podermos hoje, com a graça de Deus, prestar homenagem a um estadista cujas virtudes privadas, cívicas, e o exemplo sem mácula de sua vida pública se confundem com a própria imagem da Pátria. Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Senadores, à veneranda figura do ex-Presidente, Marechal Eurico Gaspar Dutra, que hoje completa 89 anos.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Daniel Krieger — Constitui uma tradição do Senado Federal a homenagem que, neste dia, presta à figura admirável do Marechal Dutra. Ele merece, indiscutivelmente, todas as homenagens do País, uma vez que se manteve dentro da lei, da Constituição e da ordem. Deu exemplo fecundo de trabalho e de que a harmonia e o entendimento entre os brasileiros deve ser a suprema lei.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Arnon de Mello — Dá licença V. Ex.<sup>a</sup> para um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Arnon de Mello — Continuando o aparte do Senador Daniel Krieger, eu diria que, além de um Presidente constitucional que manteve a paz política, o Presidente Dutra deve ser lembrado, também, como o Chefe da Nação que iniciou as obras de Paulo Afonso, no Nordeste, a pavimentação da estrada São Paulo—Rio, duas grandes obras fundamentais para o desenvolvimento da nossa Região e da Região Centro-Sul.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Arnon de Mello. Já que estou falando em nome do meu Partido, a ARENA, por delegação do seu Líder nesta Casa, exaltando e homenageando, com justiça, a figura impar do grande brasileiro, o eminente Marechal Eurico Gaspar Dutra, procurarei, embora rapidamente, traçar alguns aspectos de sua personalidade.

Sabemos a quantas mutações tem sido submetida a vida pública brasileira nestas duas últimas décadas.

Temos testemunhado inúmeras vocações políticas a serem tragadas pelas agitações decorrentes do nosso subdesenvolvimento. Quantas vezes

temos ouvido a clássica frase dirigida àqueles que deixam os postos políticos: "Agora, vai começar a crescer o capim em sua porta!". O Marechal Eurico Gaspar Dutra é uma exceção. Depois de ocupar todos os postos de sua carreira, chegou à Presidência da República e, ao deixar o cargo, já no dia seguinte, a sua residência passava a ser o centro de consultas, onde os seus camaradas de farda e os políticos em geral iam buscar a palavra orientadora e patriótica, bússola segura na indicação dos melhores rumos para servir aos destinos da Pátria. Essa palavra, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nunca faltou, nunca foi recusada, mesmo nos momentos de crise maior.

Se é verdade que Deus nos tem premiado, a nós brasileiros, alongando a vida do Marechal Dutra, não é menos verdade que a sua autoridade, dia a dia, cresce no conceito e no respeito de todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi no quinquênio da sua administração que o Marechal Dutra se revelou a grande figura com que o Brasil iria contar, sempre, em meio às crises, para unificar aqueles que desejavam o desenvolvimento, a paz e a tranquilidade da família brasileira. Foi realmente naquela hora de crise que ele, chegando à Presidência, convocou todos os que desejavam colaborar para o desenvolvimento do País, fazendo a pacificação dos espíritos. Lembro — e o faço com emoção — quando meu Partido, a União Democrática Nacional, que o havia combatido, foi ao seu encontro, representado pela figura invulgar de estadista de Otávio Mangabeira e, acudindo ao seu chamado, à sua convocação, lá estavam todos da UDN num só pensamento apoiando o homem que desejava ser "Presidente de todos os brasileiros."

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Santos — Queria lembrar a V. Ex.<sup>a</sup> que foi no Governo do Presidente Dutra que tivemos o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, através do "Plano Salte", para o qual nosso Partido de então deu a melhor colaboração.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito grato pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Ruy Santos, que veio ao encontro de um assunto constante do corpo do meu discurso.

O Sr. Lourival Batista — Permite V. Ex.<sup>a</sup>, um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com satisfação.

O Sr. Lourival Batista — Nobre Senador Dinarte Mariz, queria solidarizar-me com as justas homenagens que, neste momento, V. Ex.<sup>a</sup> e o Senado prestam ao ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra, chefe militar e homem público que prestou os mais relevantes serviços à Nação. Na Presidência da República mostrou-se homem da lei e da concórdia, impondo-se como Presidente de todos os brasileiros. Como militar, teve carreira digna e brilhante, conquistando sempre o apreço e a admiração dos seus camaradas. Quero, ainda, ressaltar a correção, a modéstia, a simplicidade com que o Marechal Eurico Gaspar Dutra conduz a sua vida desde que deixou a Presidência da República, tornando-se, mais do que nunca, exemplo para todos os brasileiros, mais se impondo ao respeito, à admiração e à estima da Nação.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pelo testemunho que V. Ex.<sup>a</sup> traz ao meu discurso sobre a figura realmente invulgar do Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tão apegado à legalidade foi o Presidente Dutra durante o seu Governo — ele, que tinha uma concepção de legalidade que nós, ainda hoje, defendemos, de realmente combater as idéias contra as quais se formou a nossa convicção de povo democrata e cristão; ele, que fechou o Partido Comunista Brasileiro; ele, que à época da ameaça subversiva, pensando nos supremos destinos da Nação, assegurou, pelo fortalecimento do Poder Executivo, a continuidade da ordem e das tradições brasileiras; ele, que teve a superior inspiração de realizar o que de melhor poderia acontecer em defesa do nosso País e do nosso povo; que não permitiu que nossa Pátria se escravizasse, nem às idéias da esquerda, nem às idéias da direita. É o bravo que, comandando a I Região, julgou o movimento comunista que, naquela época, queria implantar em nossa Pátria idéias que a nossa tradição e a nossa educação repeliam; o mesmo que, pessoalmente, enfrentou a insurreição dos integralistas, quando quiseram depor o Presidente da República.

Sr. Presidente, essa a figura invulgar do ex-Presidente, a grande figura do Marechal Eurico Gaspar Dutra, realmente merecedora das homenagens e do respeito de toda a Nação Brasileira. Queira Deus que possamos, amanhã, nós que assistimos a todos esses episódios, transmitir às gerações que vão chegando o exemplo daquele que, sendo bravo, nunca foi arrogante e que, sendo modesto, nunca se despojou de sua autoridade, que, sendo justo, jamais deixou de ser sereno na hora das decisões.

Sr. Presidente, muito teria que falar sobre a vida do ex-Presidente Marechal Gaspar Dutra. Senadores aqui já se manifestaram sobre duas realizações do seu governo. A primeira diz respeito ao Plano SALTE. Foi o primeiro Presidente da República que se preocupou com o planejamento da administração pública. Foi também o executor do plano de aproveitamento da energia de Paulo Afonso, da construção de grande barragem — que significa a pedra angular em que se alicerça o desenvolvimento do Nordeste.

Mas, Sr. Presidente, como já afirmei, se fosse continuar citando os exemplos que dignificam a vida pública deste País, na pessoa do Marechal Eurico Gaspar Dutra, muito teria que me demorar nesta tribuna, pois sua vida, toda ela, é um exemplo de correção, de patriotismo e de inspiração para os que acreditam no futuro do nosso País. Legalista por convicção e por educação, disciplinador,

sempre contou com a confiança e o respeito dos brasileiros. Nunca, até então, um chefe militar reuniria em torno de si maior autoridade e maior círculo de confiança. Em todos os momentos graves que o País atravessou, durante sua longa atividade na política ou na administração, mesmo quando parecia estarmos à beira do abismo, jamais lhe faltou a solidariedade dos seus comandados.

Hoje, portanto, está em festa a sua casa — a casa dos brasileiros — a residência onde todos se sentem protegidos pela sua palavra autorizada e patriótica.

Nós, os da Revolução de 64, temos todos os motivos para nos regozijarmos pela data de hoje, pois não nos faltou inspiração na hora oportuna, para convocar o Marechal Eurico Gaspar Dutra, que se tornou, perante

o País, um dos fiadores do nosso Partido e das nossas idéias.

O seu devotamento aos princípios constitucionais extrapolou, então, do convívio de seu Gabinete, para conhecimento da Nação inteira, quando, certa vez, solicitado por correligionários para intervir num dos Estados da Federação, apanhou a Constituição e solicitou que lhe apontassem onde estava o artigo que o autorizava a assim proceder. Daquela hora em diante, nunca mais se falou sobre o assunto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe-me, em nome do meu Partido, com o pensamento voltado para os horizontes da Pátria, rogar a Deus continue a nos conceder a suprema graça de conservar a saúde dessa extraordinária figura, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, a quem rendemos o preito da nossa gratidão e do nosso respeito. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

## ATA DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### ATA DA 7.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 10 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

##### (Extraordinária)

As dezesseis horas do dia dez do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores José Augusto, Danton Jobim e José Lindoso.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Augusto apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 8, de 1972, que dá nova redação ao art. 1.º da Resolução n.º 76, de 1970.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 8.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

##### (Extraordinária)

As quatorze horas do dia quinze do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador José Lindoso, presentes os Senhores Senadores Cattete Pinheiro e José Augusto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, Danton Jobim, Vice-Presidente, e Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Cattete Pinheiro apresenta a redação final do Projeto de

Resolução n.º 7, de 1972, que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ — operação de empréstimo externo, destinada à aquisição de equipamentos elétricos para complementar a instalação do metropolitano paulista.

Comparece o Senhor Senador Adalberto Sena e se retira o Senador Cattete Pinheiro, para atender a compromisso inadiável.

Aprovam-se, ainda, os pareceres em que o Senhor Senador José Augusto apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1971 (n.º 11-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1962;

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 1971 (n.º 10-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1961.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 9.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 17 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

##### (Extraordinária)

As quatorze horas do dia dezessete do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lindoso e José Augusto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, e Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 16, de 1971, que estende às associações de classe dos pensionistas do Serviço Público os direitos assegurados pela Lei n.º 1.134, de 14 de junho de 1950;

b) redação final do Projeto de Resolução n.º 3, de 1972, que suspende a execução, no caput do art. 9.º do Decreto-lei n.º 61/69, do Estado de Pernambuco, da cláusula da percepção de vencimentos integrais por Promotores Públicos postos em disponibilidade, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Aprova-se, ainda, os pareceres em que o Senhor Senador José Augusto apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Resolução n.º 5, de 1972, que suspende a execução do art. 4.º da Lei n.º 4.506, de 5 de julho de 1967, do Estado de Minas Gerais, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal de 25 de novembro de 1971;

b) redação final do Projeto de Resolução n.º 4, de 1972, que suspende a execução do § 2.º do art. 117 da Constituição de Minas Gerais, de 1967, declarado inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal de 25 de novembro de 1971.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a Reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 10.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 17 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

##### (Extraordinária)

As dezessais horas e quarenta minutos do dia dezessete do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, José Augusto e Filinto Müller.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Presidente, Senador Antônio Carlos.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1972, que altera dispositivos da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

Aprova-se, ainda, o parecer em que o Senhor Senador José Augusto apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 13, de 1972, que estabelece prazo para escolha e registro de candidatos às eleições de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a Reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 11.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 18 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

##### (Extraordinária)

As quatorze horas do dia dezoito do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, pre-

sentados os Senhores Senadores José Augusto e Cattete Pinheiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, José Lindoso e Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador José Augusto apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 97, de 1971, que dispõe sobre a obrigatoriedade do voto nas eleições sindicais e dá outras providências;

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1971 (n.º 12-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1963;

c) redação do vencido, para o 2.º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1972, que fixa prazo para filiação partidária e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a Reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 12.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 24 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

##### (Extraordinária)

As dezessais horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lindoso e José Augusto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, e Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 15, de 1972, que autoriza a emissão, pelo Governo do Estado da Bahia, de quaisquer obrigações, até o limite de Cr\$ 14.300.000,00, para obter um empréstimo no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a Reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### ATA DA 13.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 25 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

##### (Extraordinária)

As quatorze horas do dia vinte e cinco do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Augusto e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, e Filinto Müller.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 1972 (n.º 54-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1970;

b) redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1972, que extingue o cargo de Superintendente do Serviço Gráfico do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ATA DA 14.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 29 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972**

(Extraordinária)

As quatorze horas do dia vinte e nove do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Filinto Müller, presentes os Senhores Senadores Cattete Pinheiro e Adalberto Sena.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente; Danton Jobim, Vice-Presidente; José Augusto e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Cattete Pinheiro apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Resolução n.º 12, de 1972, que suspende a execução do Decreto-lei n.º 191, de 1970, do Estado de Goiás, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

b) redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 109, de 1971, determina a extensão, aos dirigentes de Cooperativas, das disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ATA DA 15.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 30 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972**

As onze horas do dia trinta do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores José Augusto e Adalberto Sena.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente, Filinto Müller e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Augusto apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 11, de 1972, que suspende a execução da Lei n.º 1.420, de 7 de dezembro de 1955, do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos de decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida aos 21 de novembro de 1958.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária,

a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ATA DA 16.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 31 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972**

(Extraordinária)

As dezenove horas e cinco minutos do dia trinta e um do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores Danton Jobim e Wilson Gonçalves.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Filinto Müller, José Augusto e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Danton Jobim apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1972, emendado pela Câmara dos Deputados, que fixa prazo para filiação partidária, e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**COMISSÃO MISTA**

Para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 33, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.221, de 15 de maio de 1972, que "altera a redação do art. 1.º, item II, do Decreto-lei n.º 343, de 28 de dezembro de 1967, e o art. 13, item II, alínea "I", da Lei número 4.452, de 5 de novembro de 1964".

**2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1972**

As dezesséis horas e trinta minutos do dia trinta e um de maio de mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Deputado Prisco Viana, presentes os Senhores Senadores Ruy Santos, Arnon de Mello, Lourival Baptista, Mattos Leão, Augusto Franco, Benedito Ferreira, Tarso Dutra, Geraldo Mesquita e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Ardinál Ribas, Edilson Távora, Nasser de Almeida e Walter Silva, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 33, de 1972 (CN), "que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.221, de 15 de maio de 1972, que "altera a redação do art. 1.º, item II, do Decreto-lei n.º 343, de 28 de dezembro de 1967, e o art. 13, item II, alínea I, da Lei n.º 4.452, de 5 de novembro de 1964".

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Ruy Santos que emite parecer favorável, concluindo por apresentação do Projeto de Decreto Legislativo à Mensagem n.º 33, de 1972.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade, pela Comissão.

Concluindo, o Senhor Presidente agradece aos seus pares a colaboração prestada e, em especial o excelente trabalho realizado pelo Senhor Relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu Leda Ferreira da Rocha, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Prisco Viana  
 Vice-Presidente: Senador Ruy Carneiro  
 Relator: Senador Ruy Santos

## ARENA

Senadores	Deputados
1. Ruy Santos	1. Ardinial Ribas
2. Heitor Dias	2. Edilson Távora
3. Arnon de Mello	3. Francisco Grillo
4. Lourival Baptista	4. José Machado
5. Mattos Leão	5. Prisco Viana
6. Alexandre Costa	6. Arthur Fonseca
7. Augusto Franco	7. Nosser de Almeida
8. Benedito Ferreira	8. Joaquim Coutinho
9. Tarso Dutra	
10. Geraldo Mesquita	

## MDB

- |                 |                  |
|-----------------|------------------|
| 1. Ruy Carneiro | 1. Sílvio Barros |
|                 | 2. Freitas Diniz |
|                 | 3. Walter Silva  |

## CALENDÁRIO

Dia 25-5-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta.

Até dia 14-6-72 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

## PRAZO

Até dia 14-6-72 — Na Comissão Mista.

Até dia 15-7-72 — No Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Telefone: 24-8105 — Ramais 314 e 303.

## ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

## I PARTE

- |   |      |
|---|------|
| a) Classificação, por artigo, do Código Civil ..... | V    |
| b) Legislação Complementar .....                    | CLXV |

## II PARTE

- |   |    |
|---|----|
| a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil ..... | 1  |
| b) Julgamentos .....                              | 27 |

## III PARTE

- |  |     |
|--|-----|
| a) Índice alfabético remissivo .....             | 389 |
| b) Índice numérico por espécie de processo ..... | 458 |

Preço do volume com 680 páginas em brochura ..... Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia ..... Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro — GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534



## M E S A

## Presidente:

Petrônio Portella (ARENA — PI)

## 1.º-Vice-Presidente:

Carlos Lindenberg (ARENA — ES)

## 2.º-Vice-Presidente:

Ruy Carneiro (MDB — PB)

## 1.º-Secretário:

Ney Braga (ARENA — PR)

## 2.º-Secretário:

Clodomir Millet (ARENA — MA)

## 3.º-Secretário:

Guido Mondin (ARENA — RS)

## 4.º-Secretário:

Duarte Filho (ARENA — RN)

## 1.º-Suplente:

Renato Franco (ARENA — PA)

## 2.º-Suplente:

Benjamin Farah (MDB — GB)

## 3.º-Suplente:

Lenoir Vargas (ARENA — SC)

## 4.º-Suplente:

Teotônio Vilela (ARENA — AL)

LIDERANÇA DO PARTIDO  
E DA MAIORIA

## Líder:

Filinto Müller (ARENA — MT)

## Vice-Líderes:

Ruy Santos (ARENA — BA)

Eurico Rezende (ARENA — ES)

Antônio Carlos (ARENA — SC)

Dinarte Mariz (ARENA — RN)

José Lindoso (ARENA — AM)

Saldanha Derzi (ARENA — MT)

Osires Teixeira (ARENA — GO)

## LIDERANÇA DA MINORIA

## Líder:

Nelson Carneiro (MDB — GB)

## Vice-Líderes:

Danton Jobim (MDB — GB)

Adalberto Sena (MDB — AC)

## COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini

Local: 11.º andar do Anexo

Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

## A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes

Local: Anexo — 11.º andar

Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

## 1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra

Vice-Presidente: Mattos Leão

## TITULARES

Antônio Fernandes  
 Vasconcelos Torres  
 Paulo Guerra  
 Daniel Krieger  
 Flávio Britto  
 Mattos Leão

## SUPLENTE

## ARENA

Tarso Dutra  
 João Cleofas  
 Fernando Corrêa

## MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAIR)

(7 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara

Vice-Presidente: Benedito Ferreira

## TITULARES

José Guimard  
 Waldemar Alcântara  
 Dinarte Mariz  
 Wilson Campos  
 José Esteves  
 Benedito Ferreira

## SUPLENTE

## ARENA

Saldanha Derzi  
 Osires Teixeira  
 Lourival Baptista

## MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

Local: Auditório.

## 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Accioly Filho

## TITULARES

Daniel Krieger  
 Accioly Filho  
 José Augusto  
 Wilson Gonçalves  
 Gustavo Capanema  
 José Lindoso  
 José Sarney  
 Emival Caiado  
 Helvídio Nunes  
 Antônio Carlos  
 Eurico Rezende  
 Heitor Dias

## SUPLENTE

## ARENA

Carvalho Pinto  
 Orlando Zancaner  
 Arnon de Mello  
 João Calmon  
 Mattos Leão  
 Vasconcelos Torres

## MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas

Local: Auditório.

## 4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Adalberto Sena

## TITULARES

Dinarte Mariz  
 Eurico Rezende  
 Cattete Pinheiro  
 Benedito Ferreira  
 Osires Teixeira  
 Fernando Corrêa  
 Saldanha Derzi  
 Heitor Dias  
 Antônio Fernandes  
 Emival Caiado

## SUPLENTE

## ARENA

Paulo Torres  
 Luiz Cavalcante  
 Waldemar Alcântara  
 José Lindoso  
 Filinto Müller

## MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

**MDB**

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

**6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

**TITULARES****ENTES****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Cleofas	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

**MDB**

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Caiado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

**MDB**

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

**8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

**MDB**

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guilomard
Milton Trindade	
Domicio Gondim	
Orlando Zancaner	

**MDB**

Benjamin Farah	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	
José Augusto	

**MDB**

Danton Jobim	Adalberto Sena
--------------	----------------

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Auditório

**11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castello-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	José Lindoso
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Accioly Filho	Virgílio Távora
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

**MDB**

Franco Montoro	Amaral Peixoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castello-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Baptista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	

**MDB**

Adalberto Sena	Benjamin Farah
----------------	----------------

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Flávio Brito

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôrres	Alexandre Costa
José Lindoso	Orlando Zancaner
Virgílio Távora	Milton Trindade
José Gulomard	
Flávio Brito	
Vasconcelos Torres	

**MDB**

Benjamin Farah      Amaral Peixoto  
Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.  
Local: Auditório.

**14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

— (CSPC)

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Augusto Franco	Gustavo Capanema
Celso Ramos	Paulo Guerra
Osires Teixeira	
Heltor Dias	
Jessé Freire	

**MDB**

Amaral Peixoto      Benjamin Farah  
Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

**TITULARES****SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Benedito Ferreira
Luiz Cavalcante	Virgílio Távora
Milton Cabral	
Geraldo Mesquita	
José Esteves	

**MDB**

Danton Jobim      Benjamin Farah  
Secretária: Lêda Fereira da Rocha — Ramal 314.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

# REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhe deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68), e os Decretos-Leis n.ºs 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-69), e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo  
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

## Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

### FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA .....	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO .....	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA .....	Cr\$ 7,00

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - GB ou SQS 104 - Bl. A - Lj. 11 - Brasília - DF

## JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

### REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os acórdãos, leis federais, estaduais e municipais, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

#### CONTENDO AS 51 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

PREÇO: CR 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO AS 79 NOVAS SÚMULAS. — JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 29 VOLUMES

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF  
Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal  
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção  
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

## NUMEROS PUBLICADOS:

	Cr\$
— março, n.º 1 (1964) .....	5,00
— junho, n.º 2 (1964) .....	5,00
— setembro, n.º 3 (1964) .....	esgotada
— dezembro, n.º 4 (1964) .....	5,00
— março, n.º 5 (1965) .....	5,00
— junho, n.º 6 (1965) .....	5,00
— setembro, n.º 7 (1965) .....	5,00
— dezembro, n.º 8 (1965) .....	esgotada
— março, n.º 9 (1966) .....	"
— junho, n.º 10 (1966) .....	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO  
LEGISLATIVA DE 1 A 10 (enviaremos gratuitamente  
a quem nos solicitar):

	Cr\$
— setembro, n.º 11 (1966) .....	esgotada
— outubro a dezembro, n.º 12 (1966) .....	"
— janeiro a junho, n.º 13 e 14 (1967) .....	"
— julho a dezembro, n.º 15 e 16 (1967) .....	5,00
— janeiro a março, n.º 17 (1968) .....	5,00
— abril a junho, n.º 18 (1968) .....	5,00
— julho a setembro, n.º 19 (1968) .....	5,00
— outubro a dezembro, n.º 20 (1968) .....	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO  
LEGISLATIVA DE 1 A 20 (enviaremos gratuitamente a  
quem nos solicitar)

ANO VI — N.º 21 — JANEIRO A MARÇO  
DE 1969 — Cr\$ 5,00

## COLABORAÇÃO

O Direito Financeiro na Constituição de 1967  
Ministro Altomar Baleeiro

O Direito Penal na Constituição de 1967  
Professor Luiz Vicente Cernicchiaro

Abuso de Poder das Comissões Parlamentares de Inquérito  
Professor Roberto Rosas

O Tribunal de Contas e as Deliberações sobre Julgamento  
da Legalidade das Concessões  
Doutor Sebastião B. Affonso

Controle Financeiro das Autarquias e Empresas Públicas  
Doutor Heitor Luz Filho

## DOCUMENTAÇÃO

### Suplência

Norma Izabel Ribeiro Martins

## PESQUISA

O Parlamentarismo na República

Sara Ramos de Figueiredo

ANO VI — N.º 22 — ABRIL A JUNHO  
DE 1969 — Cr\$ 5,00

## COLABORAÇÃO

O Direito Processual na Constituição de 1967  
Professor Francisco Manoel Xavier de Albuquerque  
Tratamento Jurídico das Revoluções  
Doutor Clóvis Ramalheira

O Negócio Jurídico Intitulado "Fica" e seus Problemas  
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima  
Dos Recursos em Ações Acidentárias  
Doutor Paulo Guimarães de Almeida

## PROCESSO LEGISLATIVO

Vetos — Legislação do Distrito Federal

Jesse de Azevedo Barquero e Santyno Mendes dos Santos

## DOCUMENTAÇÃO

Regulamentação das Profissões — Técnico de Administração  
e Economista

## PESQUISA

Capitais Estrangeiros no Brasil

Ivo Sequeira Batista

ANO VI — N.º 23 — JULHO A SETEMBRO  
DE 1969 — Cr\$ 5,00

## COLABORAÇÃO

Da Função da Lei na Vida dos Entes Paraestatais  
Deputado Rubem Nogueira

Do Processo das Ações Sumárias Trabalhistas  
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos do Controle da Constitucionalidade das Leis  
Professor Roberto Rosas

Disponibilidade Gráfico-Editorial da Imprensa Especializada  
Professor Roberto Atila Amaral Vieira

## DOCUMENTAÇÃO

A Presidência do Congresso Nacional — Incompatibilidades  
Sara Ramos de Figueiredo

A Profissão de Jornalista

Fernando Giuberti Nogueira

ANO VI — N.º 24 — OUTUBRO A DEZEMBRO  
DE 1969 — Cr\$ 10,00

## COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade de Decretos-leis sobre Inelegibilidades  
Senador Josaphat Marinho

Aspectos do Poder Judiciário Americano e Brasileiro  
Professor Paulino Jacques

Mandatum in Rem Suam

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos dos Tribunais de Contas

Professor Roberto Rosas

## CÓDIGOS

### CÓDIGO PENAL

1.ª parte:

I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco  
Campos (Código Penal de 1940)

III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e  
Silva (Código Penal de 1969)

### CÓDIGO PENAL

2.ª parte: Quadro Comparativo

Decreto-lei n.º 1.004/69 e Decreto-lei n.º 2.848/40, com  
legislação correlata

Leyla Castello Branco Rangel



**ANO VII — N.º 25 — JANEIRO A MARÇO  
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

**HOMENAGEM**

Senador Aloysio de Carvalho Filho

**COLABORAÇÃO**

**Evolução Histórica e Perspectivas Atuais do Estado**  
Professor Wilson Accioli de Vasconcellos

**A Suprema Corte dos Estados Unidos da América**  
Professor Geraldo Ataliba

**A Eterna Presença de Rui na Vida Jurídica Brasileira**  
Professor Otto Gil

**X Congresso Internacional de Direito Penal**  
Professora Armida Bergamini Miotto

**A Sentença Normativa e sua Classificação**  
Professor Paulo Emílio Ribeiro Vilhena

**PROCESSO LEGISLATIVO**

**DECRETOS-LEIS**

Jesse de Azevedo Barquero

**DOCUMENTAÇÃO**

**Advocacia — Excertos Legislativos**  
Adolfo Eric de Toledo

**CÓDIGOS**

**Código de Direito do Autor**  
Rogério Costa Rodrigues

**ANO VII — N.º 26 — ABRIL A JUNHO DE 1970 — Cr\$ 10,00**

**COLABORAÇÃO**

**Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia**  
Senador Josaphat Marinho

**Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas**  
Professor Pinto Ferreira

**Poder de Iniciativa das Leis**  
Professor Roberto Rosas

**O Sistema Representativo**  
Professor Paulo Bonavides

**CÓDIGOS**

**CÓDIGO PENAL MILITAR**

1.ª parte:

I — Anteprojeto de Código Penal Militar  
Autor: Ivo d'Aquino

II — Exposição de Motivos  
Ministro Gama e Silva

2.ª parte:

Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-69;  
Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

**CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR  
LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR  
JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL  
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO**

**ANO VII — N.º 27 — JULHO A SETEMBRO  
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

**APRESENTAÇÃO**

**Simpósio de Conferências e Debates sobre o Novo Código  
Penal e o Novo Código Penal Militar**

**Punição da Pirataria Marítima e Aérea**  
Professor Haroldo Valladão

**Visão Panorâmica do Novo Código Penal**

Professor Benjamin de Moraes

**A Menoridade e o Novo Código Penal**

Professor Allyrio Cavallieri

**Inovações da Parte Geral do Novo Código Penal**

Professor Rafael Cirigliano Filho

**Desporto e Direito Penal**

Jurista Francisco de Assis Serrano Neves

**Dependência (Toxicomania) e o Novo Código Penal**

Professor Oswaldo Moraes de Andrade

**O Novo Código Penal Militar**

Professor Ivo d'Aquino

**Aspectos Criminológicos do Novo Código Penal**

Professor Virgílio Luiz Donnici

**A Medicina Legal e o Novo Código Penal**

Professor Olímpio Pereira da Silva

**Direito Penal do Trabalho**

Professor Evaristo de Moraes Filho

**O Novo Código Penal e a Execução da Pena**

Doutor Nerval Cardoso

**Direito Penal Financeiro**

Professor Sérgio do Rego Macedo

**Os Crimes contra a Propriedade Industrial no Novo Código  
Penal**

Professor Carlos Henrique de Carvalho Froes

**A Civilização Ocidental e o Novo Código Penal Brasileiro**

Jurista Alcino Pinto Falcão

**ANO VII — N.º 28 — OUTUBRO A DEZEMBRO  
DE 1970 — Cr\$ 10,00**

**ÍNDICE**

**COLABORAÇÃO**

**A Administração Indireta no Estado Brasileiro**  
Professor Paulino Jacques

**O Papel dos Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Na-  
cional**

Professor José Luiz Anhaia Mello

**O Imposto Único sobre Minerais e a Reforma Constitucional  
de 1969**

Doutor Amâncio José de Souza Netto

**Problemas Jurídicos da Poluição do Som**  
Desembargador Gervásio Leite

**O Direito Penitenciário — Importância e Necessidade do seu  
Estudo**

Professora Armida Bergamini Miotto

**Regime Jurídico dos Militares do Distrito Federal**  
Doutor José Guilherme Villela

**O Direito não É; Está Sendo**

Doutor R. A. Amaral Vieira

**PROCESSO LEGISLATIVO**

**Algumas Inovações da Emenda Constitucional n.º 1/69**  
Diretoria de Informação Legislativa

**PESQUISA**

**Júri — A Soberania dos Veredictos**

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

**ARQUIVO HISTÓRICO**

**Documentos sobre o Índio Brasileiro (1500—1822) — 1.ª parte**  
Leda Maria Cardoso Naud

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação  
Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 —  
ZC-02 — Rio de Janeiro—GB (atende também  
pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: No  
Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília:  
SQS 104, Bloco A, Loja 11 — Em São Paulo:  
Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

# **REFORMA ADMINISTRATIVA**

(Redação Atualizada)

Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhes deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68), e os Decretos-Leis n.ºs 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-69), e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

**Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata**

Edição organizada, revisada e impressa pelo  
**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Preço: Cr\$ 5,00

## **Constituição da República Federativa do Brasil**

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

### **FORMATO DE BOLSO**

<b>PREÇOS:</b>	<b>EM BROCHURA</b> .....	<b>Cr\$ 2,00</b>
	<b>ENCADERNADA EM PLÁSTICO</b> .....	<b>Cr\$ 3,50</b>
	<b>ENCADERNADA EM PELICA</b> .....	<b>Cr\$ 7,00</b>

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - GB ou SQS 104 - Bl. A - Lj. 11 - Brasília - DF

## **JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

### **REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF**

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os acórdãos, leis federais, estaduais e municipais, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

#### **CONTENDO AS 51 SÚMULAS OFICIAIS**

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado).

**PREÇO: CR 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO AS 79 NOVAS SÚMULAS. — JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 29 VOLUMES**

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF  
**Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

Faça sua assinatura do

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **SEÇÃO II**

---

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

### **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

---

#### **PREÇOS DAS ASSINATURAS:**

##### **Via Superfície:**

Semestre ..... Cr\$ 20,00

Ano ..... Cr\$ 40,00

##### **Via Aérea:**

Semestre ..... Cr\$ 40,00

Ano ..... Cr\$ 80,00

Serviço Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.503  
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20